



SNBU 2025

XXIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias

17 A 20 DE NOVEMBRO
SÃO PAULO - SP

Eixo 5 – Ciência Aberta

Bibliotecas da USP: quatro décadas de curadoria e preservação da produção intelectual

*USP Libraries: four decades of curatorship and preservation of intellectual
production*

Sarah Lorenzon Ferreira – Universidade de São Paulo (USP) –
sarah.ferreira@abcd.usp.br

Adriana Cybele Ferrari – Universidade de São Paulo (USP) – drycaferrari@gmail.com

Resumo: O artigo explora a trajetória das bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP) na curadoria da produção intelectual, desde as iniciativas pioneiras de coleta e registro até a consolidação do Repositório da Produção USP (ReP). Analisa a evolução dos sistemas (Dedalus, BDPI, ReP) e as políticas de informação, destacando o papel essencial das bibliotecas na preservação da memória institucional e na democratização do acesso ao conhecimento. Aborda desafios como a migração de dados e a necessidade de políticas de Acesso Aberto robustas, ilustrando o impacto de eventos históricos como o caso da “lista dos improdutivos” na visibilidade da produtividade acadêmica.

Palavras-chave: Bibliotecas universitárias. Curadoria. Memória institucional. Acesso Aberto. Produção intelectual.

Abstract: This article explores the trajectory of the University of São Paulo (USP) libraries in curating its intellectual production, from pioneering collection and registration initiatives to the consolidation of the USP Production Repository (ReP). It analyzes the evolution of systems (Dedalus, BDPI, ReP) and information policies, highlighting the essential role of libraries in preserving institutional memory and democratizing knowledge access. It addresses challenges such as data migration and the need for robust Open Access policies, illustrating the impact of historical events like the "unproductive list" case on academic productivity visibility.

Keywords: Academic libraries. Curation. Institutional memory. Open Access. Intellectual production.



1 INTRODUÇÃO

A Universidade de São Paulo (USP) demonstra, desde sua fundação, um compromisso histórico com a preservação e a divulgação do conhecimento acadêmico, integrando-o à gestão de seu patrimônio intelectual. Nesse contexto, as bibliotecas, organizadas a partir de 1981 com a criação do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBiUSP), assumiram papel central na curadoria da produção intelectual.

Esse papel foi institucionalizado em 1985, com a Resolução nº 2858, que estabeleceu a obrigatoriedade do depósito de, no mínimo, um exemplar da produção dos pesquisadores da USP nas bibliotecas, posicionando-as como órgãos depositários oficiais (Universidade de São Paulo, 1985). Essa função foi posteriormente reforçada e atualizada pela Resolução nº 4221, de 1995, que definiu diretrizes e procedimentos para a promoção, o controle bibliográfico e a disseminação da produção intelectual gerada na Universidade (Universidade de São Paulo, 1995; Ferrari; Grandi, 2006).

De acordo com Ayello *et al.* (2008), toda essa produção passou a ser registrada no Dedalus, Banco de Dados Bibliográfico da USP, com o objetivo de assegurar o controle bibliográfico e garantir a recuperação dos trabalhos.

Paralelamente, o movimento internacional de Acesso Aberto passou a influenciar diretamente a USP. Em 2010, o Seminário Políticas Institucionais e Repositórios Digitais para Acesso Aberto à Produção Intelectual e Acervos Públicos e o Fórum USP de Acesso Aberto resultaram na Carta de Apoio ao Acesso Aberto, assinada por docentes, estudantes, pesquisadores e bibliotecários, sinalizando amplo engajamento institucional.

Esse processo se inseriu no escopo da Ciência Aberta, conceito que envolve não apenas o acesso livre a publicações, mas também a disponibilização de dados de pesquisa, ferramentas científicas, cadernos abertos, ciência cidadã e práticas colaborativas. Essa perspectiva ampliou o papel da USP na democratização do conhecimento e na transparência científica, alinhando-se também às diretrizes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) sobre o depósito de resultados de pesquisa em repositórios de acesso universal.

Em 22 de outubro de 2012, um marco decisivo ocorreu com a aprovação da Política de Acesso Aberto da USP (Resolução nº 6444) e o lançamento da Biblioteca



Digital da Produção Intelectual (BDPI), precursora do atual Repositório da Produção USP (ReP). O desenvolvimento do ReP reflete, assim, a evolução das práticas de curadoria e gestão da produção intelectual da Universidade, impulsionada tanto por transformações tecnológicas quanto por políticas institucionais de informação.

Este artigo apresenta os principais marcos dessa trajetória, os desafios enfrentados e as perspectivas para o fortalecimento do repositório.

2 METODOLOGIA

A pesquisa utilizou duas estratégias principais: revisão bibliográfica narrativa e análise documental. A revisão narrativa, de caráter flexível e aberto, permitiu a síntese teórica e a interpretação crítica do tema (Rother, 2007). Já a análise documental forneceu subsídios normativos e práticos para a compreensão da trajetória do Repositório da Produção USP (ReP).

O corpus foi composto por documentos institucionais (resoluções da Reitoria da USP nº 2858, nº 4221 e nº 6444), atas do Grupo de Trabalho do ReP, manuais técnicos do SIBi (nº 6/1987 e nº 7/1996) e publicações acadêmicas sobre repositórios institucionais e produção científica na USP e em outras universidades.

O tratamento do material seguiu a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), desenvolvida em três etapas:

Pré-análise – organização e leitura inicial do corpus, com definição das unidades de análise (decisões institucionais, mudanças normativas, procedimentos técnicos e desafios do ReP).

Exploração do material – codificação e categorização em três eixos: marcos históricos e evolução do ReP; políticas e procedimentos de gestão da produção intelectual; desafios enfrentados e soluções propostas.

Tratamento e interpretação – análise comparativa das categorias ao longo do tempo e articulação com a revisão bibliográfica, possibilitando identificar permanências, rupturas e transformações no processo de consolidação do ReP.

Esse percurso metodológico viabilizou uma compreensão histórica e crítica da construção do ReP, relacionando documentos institucionais, práticas administrativas e debates acadêmicos às tendências mais amplas da gestão da produção científica e do acesso aberto.



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho de curadoria realizado pelas bibliotecas da USP na coleta e no registro da produção intelectual constitui um dos pilares da instituição, sustentado por mais de quatro décadas de experiência. Essa trajetória, marcada por avanços significativos e também por desafios persistentes, moldou o cenário atual do Repositório da Produção USP (ReP) e reflete a consolidação de políticas institucionais voltadas ao acesso aberto e à gestão da informação acadêmica.

Para compreender de forma mais clara a evolução histórica dessa curadoria, apresenta-se a seguir uma linha do tempo com os principais marcos institucionais. Esses elementos permitem visualizar não apenas a continuidade do processo, mas também os momentos de transformação que definiram o percurso até a criação do ReP:

- 1981 – Criação do SIBi: estrutura organizacional para coordenar bibliotecas e a produção intelectual da USP.
- 1985 (1º de fevereiro) – Resolução nº 2858: primeiro marco legal que tornou obrigatório o depósito da produção acadêmica.
- 1985 – Criação do Banco Dedalus: base de dados que iniciou o cadastramento bibliográfico sistemático da produção da USP.
- 1987 – Manual SIBi nº 6: padrões unificados para registro, garantindo qualidade e consistência dos dados no Dedalus.
- 1995 (17 de novembro) – Resolução nº 4221: reforçou as diretrizes, consolidando o controle bibliográfico institucional.
- 1996 – Manual SIBi nº 7: nova atualização de normas, ampliando os procedimentos de cadastramento.
- 2001 (agosto) – Implantação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD): pioneira na USP, permitiu o acesso online a teses e dissertações.
- 2010 (abril) – Seminário de Políticas Institucionais: primeiro grande debate sobre repositórios digitais e acesso aberto.
- 2010 (outubro) – Fórum USP de Acesso Aberto: teve como resultado a Carta de Apoio ao Acesso Aberto, engajando a comunidade acadêmica.

- 
- 2012 (22 de outubro) – Resolução nº 6.444: Política Institucional de Acesso Aberto; e o lançamento da primeira versão da Biblioteca Digital da Produção Intelectual da USP (BDPI).
 - 2015–2018 – Segunda versão da BDPI: recurso de busca avançada e ferramentas analíticas para exploração da produção.
 - 2019 (agosto) – Criação do Repositório da Produção USP (ReP): transformação da BDPI em plataforma mais robusta, focada no depósito de conteúdos digitais e interface para o usuário final.

A linha do tempo apresentada evidencia que a consolidação do registro da produção intelectual da USP resultou de um processo gradual, marcado por diferentes fases institucionais e tecnológicas. Esses marcos, embora distintos em seu contexto histórico, revelam uma continuidade na busca por ampliar o controle bibliográfico, a visibilidade da produção intelectual e, mais recentemente, o acesso aberto ao conhecimento.

Para aprofundar essa análise, os resultados são discutidos a seguir em três eixos principais: o início do controle bibliográfico e a criação do Banco Dedalus, que estruturou a base de registros institucionais; o episódio dos chamados “Improdutivos da USP”, que evidenciou a importância da visibilidade da produção intelectual; e a era digital, marcada pela BDTD e pela consolidação do ReP, que reposicionou a USP no cenário internacional do acesso aberto.

3.1 O início do controle bibliográfico e o Banco Dedalus

O Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) da USP, criado em 1981, destacou-se como pioneiro no Brasil no registro da produção intelectual. Em 1º de fevereiro de 1985, a Resolução nº 2858 estabeleceu a obrigatoriedade do depósito da produção acadêmica nas bibliotecas da Universidade, garantindo a preservação da memória institucional e o acesso às informações.

Embora a USP tenha assumido um papel pioneiro, outras universidades brasileiras também empreenderam iniciativas relevantes. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) iniciou ainda nos anos 1970 o registro de teses e dissertações, ampliando-o em 1989 para outras tipologias documentais (Castanho, 2018). A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) formalizou em 1981 o projeto “Memória



intelectual” (Ribeiro, 2017), enquanto a Universidade Estadual Paulista (UNESP) estruturou o registro de sua produção em 1997, acompanhando a automação do catálogo (Medeiros; Faria, 2006). A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), por sua vez, criou em 2001 sua Biblioteca Digital para teses e dissertações (Tartarotti, 2014). Essas experiências confirmam o protagonismo nacional das bibliotecas universitárias na organização da produção científica, antes mesmo da disseminação dos repositórios digitais.

No caso da USP, o Banco de Dados Bibliográfico — Dedalus — foi desenvolvido internamente, inicialmente sob o nome *Mouseion*, e começou a registrar sistematicamente a produção a partir de 1985 (Couto, 1994), incorporando também publicações anteriores à fundação da Universidade, em 1934. Para padronizar esse processo, manuais técnicos foram elaborados, como a primeira versão de 1987, voltada ao preparo da produção bibliográfica para cadastramento. A Resolução nº 4221, de 17 de novembro de 1995, reforçou a responsabilidade do SIBi pela coleta e controle bibliográfico.

Nesse período inicial, as bibliotecas recorreram a métodos manuais de guarda, como arquivos deslizantes, pastas suspensas e caixas, assegurando a preservação e o acesso aos documentos impressos. Essa organização física serviu de base para a posterior transição aos sistemas digitais, que passaram a adotar o formato MARC (*Machine Readable Cataloging*) e outros padrões de descrição bibliográfica.

Atualmente, o Dedalus reúne mais de 1,1 milhão de registros entre teses, artigos e livros, sendo uma fonte estratégica para *rankings* internacionais e para a visibilidade da USP. A atuação das bibliotecas foi decisiva para consolidar o controle da produção intelectual e estabelecer bases sólidas para a transição aos repositórios digitais.

3.2 O episódio dos "Improdutivos da USP" e a visibilidade da Produção Intelectual

No final dos anos 1980, a discussão sobre a produtividade acadêmica ganhou destaque com o episódio da "lista dos improdutivos da USP", um fato emblemático que sublinhou a importância da visibilidade e da responsabilidade da produção intelectual (Schmidt, 2011). A Folha de São Paulo publicou, em 21 de fevereiro de 1988, uma lista de docentes da USP que, segundo um levantamento da reitoria, não havia registro de trabalhos publicados entre 1985 e 1986.



Segundo Chiaramonte; Hey (2018) a Folha de São Paulo utilizou imagens negativas para criticar o modo "ultrapassado" de produção de conhecimento da academia, buscando impor a necessidade de modernização das instituições públicas. O jornal divulgou que 1.108 dos 4.398 docentes em regime de dedicação integral ou turno completo não tinham publicações no período, e veiculou os salários dos professores para criar a percepção de que trabalhavam pouco e recebiam muito, mantendo seus empregos mesmo sem "produzir".

A visão jornalística da Folha de São Paulo é explicada por Chiaramonte; Hey (2018) como um sistema de pensamento que se baseia na oposição entre mercado (considerado positivo) e Estado (considerado negativo), argumentando que a universidade, por ser financiada pelo Estado e não sujeita às pressões do mercado, fomentava a improdutividade e o corporativismo. O episódio, que gerou grande polêmica e debates intensos por semanas, revelou a tentativa do jornal de se legitimar como ator central na redemocratização e na formação da opinião pública, questionando o papel e a "verdade" da universidade (Chiaramonte; Hey, 2018).

Embora não diretamente ligado à curadoria bibliotecária no momento do incidente, esse evento histórico ressalta a importância da medição e visibilidade da produção intelectual. A busca por dados de produtividade, fundamental para *rankings* e para a prestação de contas à sociedade, encontrou nos sistemas de informação das bibliotecas (como o Dedalus e, posteriormente, os repositórios) a base para registrar e, eventualmente, dar visibilidade a essa produção. O debate impulsionado pelos "improdutivos" prefigurou a demanda por sistemas mais robustos de coleta e disseminação da produção.

3.3 A era digital e o acesso aberto: BDTD e ReP

Com o advento da era digital, as bibliotecas da USP passaram a investir em soluções que integrassem tecnologia e preservação da produção acadêmica. Um marco importante foi a implantação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) em agosto de 2001, que possibilitou o registro, o controle e o acesso online a teses e dissertações, ampliando significativamente a visibilidade desses trabalhos.

A experiência acumulada com a BDTD gerou demanda por um repositório institucional mais abrangente. Em 2012, a Universidade lançou a primeira versão da



Biblioteca Digital da Produção Intelectual (BDPI), construída em *DSpace* e reconhecida como repositório oficial pela Resolução nº 6444, que instituiu a Política de Acesso Aberto da USP. Nesse contexto, um mutirão viabilizou o depósito inicial de cerca de 12 mil artigos provenientes da Elsevier, o que representou um esforço pioneiro de coleta e disponibilização em larga escala.

Entre 2015 e 2018, a BDPI passou por uma atualização que incorporou novos recursos, como mecanismos de busca mais refinados e ferramentas analíticas, além da integração de registros oriundos do Dedalus. Ainda assim, persistiam limitações relacionadas ao depósito direto de documentos, o que restringia seu papel como repositório pleno.

O cenário começou a mudar em 2019, quando a BDPI foi transformada no Repositório da Produção USP (ReP), alinhado às diretrizes da FAPESP para o Acesso Aberto e à reestruturação administrativa que levou à criação da Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais (ABCD) pela Resolução 8269 de 30 de junho de 2022. O ReP foi concebido como uma plataforma mais robusta, com foco no depósito de conteúdos digitais, interface voltada ao usuário final e integração com sistemas já consolidados, como o Dedalus e a BDTD, funcionando também como metabuscador.

Apesar dos avanços, a consolidação do ReP ainda enfrenta desafios. O povoamento do repositório com objetos digitais depende da adesão da comunidade acadêmica e da compatibilização com os direitos de propriedade intelectual, sobretudo no caso dos *postprints*. Como destaca Alves (2016), a proteção das produções intelectuais não exige registro formal, mas pressupõe comprovação de autoria, o que torna essencial a definição de critérios claros para seleção e depósito de conteúdos.

Atualmente, o ReP constitui uma ferramenta estratégica da USP, ampliando a visibilidade da produção acadêmica em mecanismos de busca como o Google e reafirmando o compromisso institucional com a preservação digital de longo prazo, a transparência científica e a democratização do conhecimento em escala nacional e internacional.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória das bibliotecas da USP, desde a criação do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) em 1981 e da Resolução nº 2858 de 1985, evidencia um trabalho contínuo e exemplar de curadoria, registro, preservação e disseminação da produção intelectual da Universidade. Esse esforço, que já ultrapassa quatro décadas, consolidou um patrimônio inestimável não apenas para a instituição, mas também para toda a sociedade brasileira e comunidade internacional.

O protagonismo e o papel estratégico das equipes das bibliotecas como agentes de transformação são incontestáveis. Graças ao empenho das equipes, o vasto conhecimento gerado na USP está sistematicamente organizado, preservado e acessível de forma ampla e duradoura, beneficiando pesquisadores, estudantes e o público em geral.

Episódios como o chamado “lista dos improdutivos” nos anos 1980, embora muito questionáveis, serviram para evidenciar a necessidade de maior divulgação e análise da produção intelectual.

Olhando para o futuro, torna-se fundamental fortalecer a comunicação entre as bibliotecas, a alta gestão universitária e demais setores estratégicos, além de buscar continuamente recursos para o aprimoramento da infraestrutura tecnológica. Apenas assim será possível garantir a preservação digital de longo prazo, diante do crescimento exponencial da produção intelectual.

Paralelamente, a atualização da política institucional de Acesso Aberto representa um passo decisivo para potencializar o Repositório da Produção USP (ReP), ampliando seu impacto na democratização do conhecimento e contribuindo para o desenvolvimento social, científico e econômico do país.

Como destaca Dudziak (2015), o registro da produção intelectual — científica, acadêmica, artística e técnica — da Universidade de São Paulo constitui-se como um trabalho pioneiro, que resgata, preserva e torna acessíveis a outras gerações de pesquisadores, e ao público em geral, os resultados das atividades de pesquisa da USP.

Assim, esse compromisso com a memória, a transparência e o acesso aberto consolidam a USP como referência nacional e internacional em gestão da informação



acadêmica, reafirmando o papel das bibliotecas como pilares fundamentais na construção de uma sociedade mais informada, inovadora e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paula Meneses. **Competência informacional e o uso ético da informação na produção científica**: o papel do bibliotecário na produção intelectual no ambiente acadêmico. 2016. 287 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/142999/alves_apm_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 15 jun. 2024.

AYELLO, Maria Aparecida Bezerra *et al.* A abordagem da produção científica como memória institucional: o caso da biblioteca do Instituto de Geociências da USP. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: FEBAB, 2008. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001837623>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CASTANHO, Viviane Carrion. **Dimensionamento da força de trabalho em bibliotecas universitárias**: um modelo baseado em processos de negócio. 2018. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180313/001069260.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CHIARAMONTE, Aline; HEY, Ana Paula. Que a USP descanse em paz!: disputas simbólicas entre jornalistas e acadêmicos em fins dos anos de 1980. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 39, mai./ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v17n39p250>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v17n39p250>. Acesso em: 28 jun. 2025.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **Registro da produção científica na USP**: uma história que completa 30 anos. 2015. Disponível em: <https://www.abcd.usp.br/noticias/registro-producao-cientifica-usp-historia-30-anos/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FERRARI, Adriana Cybele; GRANDI, Márcia Elísa Garcia de. Contribuição do SIBi/USP para a formação e manutenção de repositórios institucionais. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13., 2006, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2006. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5140>. Acesso em: 16 mar. 2025.

GRANDI, Márcia Elísa Garcia de *et al.* Organização e divulgação da produção científica dos docentes e pesquisadores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS

UNIVERSITÁRIAS, 13. SIMPÓSIO DE DIRETORES DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 3., Natal, 2004. **Anais [...]**. Natal: UFRN/BCZM, 2004. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5333>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MEDEIROS, Ana Paula Soares Costa de; FARIA, Leandro Innocentini Lopes de. Análise bibliométrica da produção científica da Unesp. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <https://repositorio.febab.org.br/items/show/4895>. Acesso em: 24 ago. 2025.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Avaliação acadêmica, ideologia e poder. **Psicologia USP**, v. 22, n. 2, p. 315-334, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-65642011005000017>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da Silveira; MOURA, Maria Aparecida. Biblioteca, memória institucional e acesso aberto à informação: apontamentos teóricos e experiências desenvolvidas pela Universidade Federal de Minas Gerais. *In*: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2016. p. 197–222. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/78061>. Acesso em: 23 ago. 2025.

TARTAROTTI, Roberta Cristina Dal'Evedove. **Atuação bibliotecária no tratamento temático da informação em unidades informacionais**: um estudo comparativo qualitativo-quantitativo. 2014. 277 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1140/6320.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 ago. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Resolução nº 2858, de 1º de fevereiro de 1985**. Estabelece diretrizes e procedimentos para promover e assegurar a coleta da produção intelectual gerada nas Unidades da USP e a posterior transferência da informação à Coordenação do SIBI. São Paulo, 1 fev. 1985. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-2858-de-1-de-fevereiro-de-1985>. Acesso em: 16 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Resolução nº 4221, de 17 de novembro de 1995**. Atualiza as diretrizes e procedimentos para promover e assegurar o controle bibliográfico da produção intelectual gerada nas Unidades USP e pelos Programas Conjuntos de Pós-Graduação, bem como a sua disseminação para a comunidade. São Paulo, 17 nov. 1995. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-4221-de-17-de-novembro-de-1995>. Acesso em: 16 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Resolução nº 6444, de 22 de outubro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para promover e assegurar a coleta, tratamento e preservação da produção intelectual gerada nas Unidades USP e pelos Programas Conjuntos de Pós-Graduação, bem como sua disseminação e acessibilidade



para a comunidade. São Paulo, 2012. Disponível em:

<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-6444-de-22-de-outubro-de-2012>.

Acesso em: 10 jul. 2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Resolução nº 8.269, de 30 de junho de 2022**. Dispõe sobre a criação da Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais (ABCD) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado [São Paulo], 1 jul. 2022. Disponível em: <https://leginf.usp.br/resolucoes/resolucao-no-8269-de-30-de-junho-de-2022/>. Acesso em: 25 ago. 2025.